

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.103 - MG (2019/0037838-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : JONAS CAMPANHA DA SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE SOUZA MACHADO - MG177478**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JONAS CAMPANHA DA SILVA, contra acórdão proferido pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.18.134090-2/000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 26-10-2018 por supostamente praticar os delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, o recorrente alega ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do recorrente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustenta que, caso condenado, fará jus à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de drogas, razão pela qual a prisão preventiva seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Afirma, ainda, a presença de requisitos necessários para a concessão das medidas cautelares alternativas à prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva do recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a JONAS CAMPANHA DA SILVA, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fl. 86):

[...]

*A prisão se sustenta com clareza em um dos motivos da preventiva, qual seja, a garantia da ordem pública, para evitar que outros atos de delinquência ocorram. As circunstâncias do crime evidenciam a manutenção do*

*agente no cárcere, pois a ordem pública deve ser garantida, em razão da gravidade concreta do delito. Verifica-se que há indícios de participação da paciente na empreitada criminosa, pois conforme consta da documentação anexada aos autos, o veículo no qual se encontrava o paciente desobedeceu à ordem de parada dada pela Polícia, e empreendeu fuga em alta velocidade, sendo que o veículo foi ainda direcionado a um dos policiais, que veio a se ferir. Ademais, os policiais visualizaram o momento em que os ocupantes do veículo, dentre eles o ora paciente, tentaram se desvencilhar de uma mochila contendo 07 tablettes e maconha, com peso total de 5.025g kg (laudo preliminar de f. 40/41-TJ).*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estariam sendo vítimas as partes recorrentes.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos elementos necessários ao deslinde da questão e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional de JONAS CAMPANHA DA SILVA.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

